



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 03.554/19

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do **Instituto de Previdência e Assistência do Município de Bom Jesus PB**, concedendo Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais a *Sra. Antônia Parnaíba Ricarte*, matrícula nº 2305, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, que contava, à época do ato, com 31 anos, 10 meses e 12 dias de tempo de serviço e idade de 50 anos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara do Egrégio Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo (Portaria nº 14/2018) e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 03.554/19

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Antônia Parnaíba Ricarte*

Órgão: **Instituto de Previdência e Assistência Social do Município de Bom Jesus PB**

Gestor Responsável: Tânia Parnaíba Ricarte

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 704/2019

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 03.554/19** referente Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais da *Sra. Antônia Parnaíba Ricarte*, matrícula nº 2305, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido Ato Aposentatório (Portaria nº 014/2018), tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 25 de abril de 2019.

Assinado 30 de Abril de 2019 às 10:48



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE

Assinado 29 de Abril de 2019 às 15:55



Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira Filho
RELATOR

Assinado 30 de Abril de 2019 às 16:00



Manoel Antonio dos Santos Neto
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO